

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

TARDE

CARGO 07:

**TÉCNICO DE PROCURADORIA -
DIREITO**



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

FUNDAÇÃO
CETAP

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

- 01** Você está recebendo o seu Caderno de Questões, contendo 60 (sessenta) Questões Objetivas de Múltipla Escolha, numeradas de 01 a 60, em ordem sequencial, e o comando para elaboração da Prova Discursiva. Confira a sequência numérica de seu Caderno de Questões antes de iniciar a resolução, assim como o número de páginas, comunicando, imediatamente, ao Fiscal de Sala, em caso de repetição ou ausência de questão ou página.
- 02** As respostas das Questões Objetivas de Múltipla Escolha do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- 03** Para cada questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha existirão 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D), das quais apenas uma será correta, de acordo com o comando da questão. A marcação de mais de uma no Cartão Resposta anula, automaticamente, a resposta da questão.
- 04** A Prova Discursiva deverá ser manuscrita na Folha de Redação, em letra legível com caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente. A Prova Discursiva deverá respeitar o mínimo de 20 (vinte) linhas e o máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda na pontuação da mesma.
- 05** A Folha de Redação não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- 06** O tempo máximo disponível para realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e da Prova Discursiva é de 5h (cinco horas), já incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do Cartão Resposta e da Folha de Redação.
- 07** Somente depois de decorridos 120 minutos do início da prova, o candidato poderá entregar o seu Caderno de Questões, seu Cartão Resposta e a sua Folha de Redação, e retirar-se da sala de prova.
- 08** Os 3 (três) últimos candidatos só poderão sair da sala de prova juntos.
- 09** Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões e o Gabarito desde que nos últimos 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

ATENÇÃO

Escreva no espaço apropriado do **Cartão Resposta**, com a sua caligrafia usual, a seguinte "frase mestra" de Dalai Lama:

"Julgue seu sucesso pelas coisas que você teve que renunciar para conseguir."

A transcrição da "frase mestra" é obrigatória e servirá para identificar o Cartão Resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato no presente concurso público.

PROCURADORIA GERAL DO
ESTADO DO PARÁ - PGE
CONCURSO PÚBLICO C-209



Leia o texto e responda o que se pede no comando das questões.

COMO SE SENTE UM ESTRANGEIRO?

Estrangeiro é um conceito muito largo. Um sujeito que pode ser mil sujeitos. Eu não fui a mesma estrangeira na França que sou em Portugal. Assim como sei que um angolano, um francês ou um chinês em Portugal não se sentem da mesma forma que eu me sinto. Cada história é uma história, cada vivência é uma vivência.

Mas certos acontecimentos, eu acredito que sejam comuns. Há angústia pelas quais todos passamos, há medos compartilhados, prazeres que todos experimentamos, dúvidas que nos acompanham sempre, como as malas de rodinha e as saudades permanentes.

Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes. Para nossos conterrâneos somos os que foram embora, e para os que nos recebem seremos sempre os de fora. É como se não pertencêssemos verdadeiramente a nenhum dos dois lugares, somos estrangeiros onde vivemos e, num dado momento, também somos estrangeiros no país onde nascemos. E não é simples de se lidar com o sentimento que isso traz.

Ser estrangeiro é ter sempre uma estranha sensação de que estão nos fazendo favor de nos deixarem permanecer na nossa própria casa. Trabalhamos, pagamos as contas, temos documentos, amores, projetos, mas mesmo assim não parecerem ser tão donos das nossas vidas. Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.

Por outro lado, temos a contraditória riqueza de sentir que vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma. A sensação é boa e é ruim. Uma vida mais preenchida, dois países, duas bases, dois ninhos. Ao mesmo tempo, duas ausências, duas saudades, dois vazios.

É difícil ser estrangeiro. As dúvidas sempre pairarão a seu respeito, não importa quão fiável você seja. Se você tiver nascido no hemisfério sul, as dúvidas duplicam. Assim como suponho que não seja fácil ser português na França nem romeno na Alemanha. Estrangeiros são eternas hipóteses. Por que está aqui? O que quer aqui? O que veio buscar aqui?

Contudo há dias em que o país que nos acolhe é puro abraço e nossas certezas dão o ar da graça. Há dias em que querem saber da nossa história, elogiam nosso sotaque e nossa coragem, fazem com que a gente se sinta bem-vindo. E talvez seja isso o que mais importa: sentir-se bem vindo. Com o resto a gente vai lidando.

Ser estrangeiro é viver na corda bamba dos sentimentos, na saga eterna dos documentos, na incerteza dos olhares e nas graças dos abertos que compensam todo o resto.

E, no fundo, é boa a sensação de apresentar a música do Zambujo para os amigos de lá e da Liniker para os amigos daqui. É bom levar azeitona boa para lá e trazer palmito de açaí para cá. Ensinar minhas amigas brasileiras a falarem "pirosa" e as amigas portuguesas a falarem "periguete". É bom presentear meu sogro com um livro do Gregório Duvivier e meu pai com um do Ricardo Araújo Pereira. É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho. É bom carregar a alegria do samba e a emoção do fado no mesmo peito.

Ser estrangeiro dói, por mais confortável que a situação possa ser. Não, não é fácil. Mas vale a pena. Como dizia um simpático senhor português que mora nas minhas prateleiras desde que a alma não seja pequena. Que quer passar além do Bojador tem de passar além da dor. Aos poucos vamos aprendendo.

FONTE: MANUS, Ruth. In: Um Dia Vamos Rir de Tudo Isso, p. 181, 182.

Questão 01

Em "Nunca sabemos se aparecerá um Trump ou um outro absurdo qualquer.", a alusão a Donald Trump, deve-se à:

- A) liberação excessiva de vistos que aviltou o mercado de trabalho aos estrangeiros.
- B) visionária postura do líder sobre o capital estrangeiro.
- C) política restritiva à entrada de trabalhadores estrangeiros nos E.U.A.
- D) simples opção estilística já que o nome do governante poderia ser trocado por Angela Merkel.

Questão 02

A perífrase "(...) simpático senhor português (...)" presente no parágrafo conclusivo identifica o escritor:

- A) Camões.
- B) Fernando Pessoa.
- C) Machado de Assis.
- D) Carlos Drummond de Andrade.

Questão 03

A sensação de pertencimento às duas culturas está assinalada no texto no aspecto lexical em:

- A) "Zambujo" e "Liniker".
- B) "pirosa" e "periguete".
- C) "cachaça" e "vinho".
- D) "samba" e "fado".

Questão 04

A marca textual que estabelece a vantagem de ser estrangeiro no parágrafo 5 é dada pela estrutura:

- A) "contraditória".
- B) "Por outro lado".
- C) "apenas uma".
- D) "vivemos".

Questão 05

Alternativa que não substitui com adequação semântica "os demais" na estrutura:

"(...) vivemos duas vidas ao mesmo tempo, enquanto os demais vivem apenas uma."

- A) oriundos.
- B) nativos.
- C) patricios.
- D) alóctone.

Questão 06

Sobre o excerto "Todos vivemos uma certa fragilidade de raízes.", é inadequado afirmar que:

- A) a concordância da frase é ideológica.
- B) a acentuação gráfica de "raízes" deve-se a um hiato.
- C) a posição da palavra "certa" em relação à fragilidade altera o sentido.
- D) o sentido denotativo de raízes identifica como pertencente à determinada região ou cultura.

Questão 07

A reescrita do excerto só obedece aos padrões da norma culta em:

- A) Não, não é fácil, mas vale a pena.
- B) É sorte, beber a melhor cachaça.
- C) Ensinar, amigas brasileira, a falarem pirosa.
- D) (...) não importa quão fiável tu seja.

Questão 08

Análise a partícula "se" e identifique a alternativa em que há falha na análise morfológica:

- A) "Se você tiver nascido no hemisfério sul, (...)" / (conjunção subordinativa condicional).
- B) Nunca sabemos se aparecerá um Trump (...) / (conjunção integrante).
- C) "Como se sente um estrangeiro?" / (partícula de realce).
- D) "(...) o que mais importa: sentir-se bem vindo." / (pronome reflexivo).

Questão 09

A autora apresenta uma afirmação paradoxal em:

- A) "A sensação é boa e é ruim."
- B) "Há angústia pelas quais todos passamos, (...)"
- C) "(...) pagamos as contas, (...)"
- D) "É sorte beber a melhor cachaça e o melhor vinho."

Questão 10

As aspas no nono parágrafo assinalam:

- A) arcaísmos.
- B) palavras estrangeiras.
- C) termos de gírias.
- D) expressões de sentido irônico.



ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n.º 13.709/2018 e suas alterações), analise as duas questões seguintes (11 e 12) e marque a alternativa correta:

Questão 11

Quanto à Responsabilidade e o Ressarcimento de Danos, analise os itens seguintes e marque a alternativa correta:

- I- O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.
 - II- O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.
 - III- Aquele que reparar o dano ao titular não tem direito de regresso contra os demais responsáveis, independentemente de sua participação no evento danoso.
- A) Apenas o item I está correto.
 - B) Apenas o item II está correto.
 - C) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - D) Apenas os itens II e III estão corretos.

Questão 12

De acordo com o §1º e seus incisos do art. 26, é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

- I- nos casos em que os dados forem acessíveis privativamente, observadas as disposições desta Lei;
- II- quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;

- III- na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades;
- IV- em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Estão corretas apenas as afirmações:

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, III e IV.

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira." (Lei n.º 12.846/2013 e suas alterações). Com base nessa legislação, responda as questões 13 e 14 a seguir:

Questão 13

Nos termos do art. 7º, serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I- a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator.
- II- a consumação ou não da infração.
- III- a situação econômica do infrator.
- IV- a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens II, III e IV.
- D) todos os itens.

Questão 14

Foi criado, nos termos do art. 22, no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei. O CNEP conterá, entre outras, as seguintes informações acerca das sanções aplicadas:

- A) tipo de sanção.
- B) nome, identidade e CPF dos sócios das empresas punidas.
- C) data de aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção, quando for o caso.
- D) razão social e número de inscrição da pessoa jurídica ou entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

Questão 15

Em atenção ao Programa de Integridade previsto no Decreto n. 8.420/2018 e suas alterações, caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados no Capítulo IV, para a dosimetria das sanções a serem aplicadas. O programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros, exceto:

- A) análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade.
 B) registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica.
 C) comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa.
 D) padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a alguns empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos.

Questão 16

Tratando ainda do Decreto n. 8.420/2018 e suas alterações, em seu Capítulo I é normatizada a questão da "Responsabilização Administrativa". Sobre o Processo Administrativo Disciplinar - PAR, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta:

I- A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima da entidade em face da qual foi praticado o ato lesivo, ou, em caso de órgão da administração direta, do seu Ministro de Estado.

II- No ato de instauração do PAR, a autoridade designará comissão, composta por dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de trinta dias, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

III- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar alegações finais no prazo de dez dias, contado da data do deferimento ou da intimação de juntada das provas pela comissão.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
 B) Apenas a afirmativa II está correta.
 C) Apenas a afirmativa III está correta.
 D) Todas as afirmativas estão corretas.

Responda as questões 17 e 18 com base na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Questão 17

Em relação às disposições gerais da legislação em questão, apenas não é correto afirmar:

- A) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
 B) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
 C) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
 D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá ao Ministério Público iniciar inquérito para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Questão 18

Em atenção às "disposições penais" apenas não se pode afirmar:

- A) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia desconhece o inocente.
 B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 C) A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
 D) Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.

Questão 19

"Quanto maior o relacionamento da empresa com a Administração Pública, maior o risco de corrupção (...) Nessa lógica, as empresas que contratam com o Poder Público deveriam preocupar-se em incluir, em seu programa de *compliance*, aspectos específicos relacionados à prevenção da corrupção, de acordo com os parâmetros da Lei n. 12.846/2013 e suas regulamentações." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.305).

"*Compliance* vem do inglês *to comply with*, significando estar de acordo, cumprir com as leis e regulamentos estatais." (Fonte: VERÍSSIMO, Carla. *Compliance: incentivo à adoção de medidas anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2017. p.13).

Com base nas considerações apresentadas e com fulcro no art. 7º da Lei n. 12.846/2013 e suas alterações, pode-se afirmar que a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica serão levados em consideração:

- A) na aplicação das sanções.
 B) no inquérito penal.
 C) no efeito negativo produzido pela infração.
 D) no valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão lesado.

Questão 20

"Ao lado das normas jurídicas, porém, há outras normas que regulam a conduta dos homens entre si, isto é, normas sociais, e a ciência jurídica não é, portanto, a única disciplina dirigida ao conhecimento e à descrição de normas sociais. Essas outras normas sociais podem ser abrangidas sob a designação de Moral e a disciplina dirigida ao seu conhecimento e descrição pode ser designada como Ética." (Fonte: KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. João Baptista Machado (trad.). 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 66). Sobre os conceitos de ética e moral, analise as afirmativas seguintes e marque a alternativa correta:

- I- Existem muitas formas de moralidade, sendo que cada grupo social ou profissional tem sua identidade, delineada por normas consentidas. A infração destas normas gera censura ou mesmo a exclusão daquele grupo determinado.
 II- Ética pode ser entendida como uma reflexão sobre comportamentos humanos, de uma maneira diferente do que fazem os psicólogos, os sociólogos, os biólogos ou outros estudiosos do comportamento humano.
 III- Os problemas teóricos da ética podem ser separados didaticamente em dois campos: os problemas gerais e fundamentais (consciência, liberdade, valor, bem, lei etc.) e os problemas específicos de aplicação concreta (ética profissional,

ética política, ética sexual, bioética etc.). Na vida real, esses problemas tratados de diferentes pontos de vista pelas diversas áreas do conhecimento humano, aparecem separadamente.

- A) Apenas a afirmativa I está correta.
- B) Apenas a afirmativa II está correta.
- C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.



INFORMÁTICA

Questão 21

O Windows 10 traz em seu pacote um(a) assistente virtual que é controlado(a) através de comandos de voz. Esse(a) assistente da Microsoft é conhecido(a) como:

- A) Alexa.
- B) Siri.
- C) Cortana.
- D) Assistant.

Questão 22

Com relação à organização e o gerenciamento de informações em sistema operacional Windows 10, marque a alternativa verdadeira:

- A) Não é possível criar subpastas a partir da pasta Downloads.
- B) Arquivos podem ser organizados de forma alfabética somente se forem do mesmo tipo.
- C) Uma pasta ou arquivo pode ser excluído sem obrigatoriamente passar pela Lixeira.
- D) O nome dado a um arquivo mesmo somado ao caminho do arquivo (nomes de pasta e subpastas) pode ter tamanho infinito.

Questão 23

As células em uma planilha do aplicativo "Calc" (LibreOffice) possuem os seguintes valores: A1 = -10; A2 = 60. A fórmula "=MÉDIA(ABS(A1);ABS(A2))" retornará o valor:

- A) 25.
- B) 35.
- C) 60.
- D) 0 (zero).

Questão 24

Com relação à editoração de textos no aplicativo Write (LibreOffice), para abrir a caixa de diálogo de modelos de documentos, usa-se a combinação de teclas:

- A) CTRL+SHIFT+F.
- B) CTRL+SHIFT+M.
- C) CTRL+SHIFT+J.
- D) CTRL+SHIFT+N.

Questão 25

A computação em nuvem pode oferecer três modelos de serviços. O modelo de serviço oferecido ao usuário em que se disponibiliza um conjunto de recursos computacionais fundamentais, como, por exemplo, capacidade de processamento, armazenamento e redes, sobre os quais pode ser instalado e executado qualquer tipo de software, incluindo sistemas operacionais e aplicações, é conhecido como:

- A) Nuvem Privada.
- B) SaaS.
- C) PaaS.
- D) IaaS.

Questão 26

No Google, qual a sintaxe correta para buscar especificamente o termo "concurso público" somente no site cuja URL é concursosnobrasilparatodos.com.br?

OBS: endereço do site usado aqui é fictício para fins de elaboração da questão.

- A) "concurso público" site:concursosnobrasilparatodos.com.br.
- B) "concurso público" url:concursosnobrasilparatodos.com.br.
- C) concurso público site:concursosnobrasilparatodos.com.br.
- D) concurso público in:concursosnobrasilparatodos.com.br.

Questão 27

Estando no "Prompt de Comando" em um microcomputador com sistema operacional Windows 10, marque a alternativa que contenha a sequência de comandos que deve ser inserida para ver as partições de um disco, seus tipos e seus tamanhos.

- A) Digitar "Diskpart" (sem aspas) e <Enter> para chamar o aplicativo DISKPART e em seguida digitar o comando "list disk" (sem aspas) <Enter>.
- B) Digitar "Diskpart" (sem aspas) e <Enter> para chamar o aplicativo DISKPART e em seguida digitar o comando "list particao" (sem aspas) <Enter>.
- C) Digitar "Diskpart" (sem aspas) e <Enter> para chamar o aplicativo DISKPART e em seguida digitar o comando "list volume" (sem aspas) <Enter>.
- D) Digitar "Diskvolume" (sem aspas) e <Enter> para chamar o aplicativo DISKVOL e em seguida digitar o comando "list volume" (sem aspas) <Enter>.

Questão 28

Com relação ao sistema operacional Windows 10, analise as afirmativas a seguir marque a alternativa correta:

I- A ferramenta de criptografia de discos desenvolvida pela Microsoft, disponível em versões do Windows 10 é o BitLocker.

II- Para o BitLocker funcionar sem exigir que seja salva uma chave de inicialização em um dispositivo removível, o computador deve ter um chip TPM (Trusted Platform Module) 1.2 ou posterior.

- A) Ambas as afirmativas estão corretas.
- B) Somente a afirmativa I está correta.
- C) Somente a afirmativa II está correta.
- D) Nenhuma das afirmativas está correta.

Questão 29

Com relação ao conceito de Internet e Intranet marque a alternativa que contém uma afirmativa incorreta.

- A) As aplicações de uma Intranet se baseiam no modelo cliente-servidor.
- B) A Intranet, assim como a Internet, tem com base a pilha de protocolos TCP/IP.
- C) Um Intranet se restringe a uma organização, com acesso somente para os colaboradores desta organização e muitas vezes liberado somente no ambiente de trabalho e em computadores registrados na rede.
- D) Por questões de segurança a Internet só pode ser implantada usando a versão 6 do IP: IPV6.

Questão 30

Com relação à computação em nuvem, analise as afirmativas a seguir marque a alternativa correta:

I- O uso de modelo de Software como Serviço (SaaS) não é novidade, uma vez que softwares de e-mail baseados em web (tais como Gmail, Yahoo e Outlook) são considerados como SaaS.

II- A solução Software como Serviço (SaaS) é adequada apenas para pequenos serviços simples e em geral gratuitos, não sendo aplicado para aplicativos corporativos tais como ERP e CRM.

- A) Ambas as afirmativas estão corretas.
- B) Somente a afirmativa I está correta.
- C) Somente a afirmativa II está correta.
- D) Nenhuma das afirmativas está correta.



LEGISLAÇÃO

Questão 31

Em atenção aos dispositivos previstos na Lei Estadual n.º 6.813/2006 e suas alterações, que dispõe sobre a estruturação do Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de cargos em comissão no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, e dá outras providências, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

I- Fica instituída carreira de suporte às atividades da Procuradoria-Geral do Estado, estruturada em três níveis para os cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado.

II- O acesso ao nível imediatamente superior na carreira dar-se-á através de promoção, obedecidos os critérios de antiguidade, merecimento e competência, alternadamente, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e o cumprimento do interstício mínimo de cinco anos no nível em que se encontrar o servidor.

III- Os procedimentos para a promoção serão estabelecidos por decreto regulamentar, observando-se os critérios de eficiência, frequência, organização, responsabilidade, disciplina e aproveitamento nos cursos de capacitação profissional.

IV- O provimento dos cargos que compõem o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado far-se-á no nível inicial da carreira, mediante nomeação dos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, a ser realizado pela Secretaria Executiva de Estado de Administração.

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens II e III estão corretos.
- C) Os itens I, II e IV estão corretos.
- D) Os itens I, III e IV estão corretos.

Questão 32

De acordo com a Lei Estadual n. 5.810/94 e suas alterações que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, pode-se afirmar que ao servidor serão concedidas as seguintes gratificações, exceto:

- A) pela prestação de serviço extraordinário.
- B) pela docência, em atividade externa profissional.
- C) pela participação em comissão, ou grupo especial de trabalho.
- D) pela elaboração de trabalho técnico, científico ou de utilidade para o serviço público.

Utilize os dispositivos do Decreto n. 1.395/2021 que homologou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado para responder as questões 33, 34, 35 e 36 a seguir:

Questão 33

Ao Núcleo de Planejamento (NUPLAN), diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 23, compete:

I- responder pelo planejamento estratégico do órgão.

II- observar e fazer observar as diretrizes estabelecidas nos programas, planos e ações do Poder Executivo Estadual.

III- assessorar o Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos em assuntos que lhe forem atribuídos, especialmente no planejamento e em ações relacionadas a programas e projetos de interesse da Procuradoria-Geral.

IV- executar outras atribuições correlatas conferidas por lei, regulamento ou por designação do Procurador-Geral e Procuradores-Gerais Adjuntos.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) os itens I, II, III e IV.

Questão 34

As atribuições da Central de Cálculos - CECALC serão desempenhadas por servidores designados para atuar na unidade, aos quais caberá elaborar cálculos e laudos contábeis solicitados e prestar os esclarecimentos necessários à área requisitante, observado o prazo estabelecido em norma interna ou aplicável ao caso concreto. Sobre o assunto, apenas não se pode afirmar:

- A) O Procurador-Geral não poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos judiciais oriundos das Procuradorias Especializadas.
- B) O Procurador-Geral do Estado poderá designar um Procurador do Estado ou servidor da Procuradoria-Geral do Estado para exercer as atribuições de chefia da CECALC.
- C) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no recebimento e controle de demandas contábeis oriundas de entidades da Administração Indireta do Estado.
- D) O Procurador-Geral poderá lotar servidor na CECALC para atuar no controle e movimentação de autos administrativos oriundos das Procuradorias Especializadas e outras unidades do órgão.

Questão 35

Para cumprir sua finalidade institucional, a Procuradoria Geral conta, nos termos do art. 10, com a seguinte estrutura organizacional:

- I- GOVERNANÇA SUPERIOR ESTRATÉGICA.
- II- ASSESSORAMENTO SUPERIOR ESTRATÉGICO.
- III- GOVERNANÇA SUPERIOR COLEGIADA.
- IV- ASSESSORAMENTO SUPERIOR COLEGIADO.
- V- GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VI- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR FINALÍSTICA.
- VII- GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- VIII- ASSESSORAMENTO À GESTÃO SUPERIOR ADMINISTRATIVA.
- IX- GESTÃO OPERACIONAL.

Após a análise dos itens, pode-se afirmar:

- A) Apenas os itens II, IV e IX não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.
- B) Apenas os itens I, II, III, VI e VIII fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.
- C) Todos os itens fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.
- D) Os itens I, II, III, IV, V e VI não fazem parte da estrutura organizacional da Procuradoria Geral.

Questão 36

Nos termos do art. 29, o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado, unidade orçamentária criada pela Lei Complementar n.º 041, de 29 de agosto de 2002, cuja receita é composta, entre outras fontes, pelo montante equivalente a 10% (dez por cento) dos valores arrecadados pelos Procuradores do Estado a título de honorários advocatícios, tem por finalidade custear e realizar os seguintes investimentos, exceto:

- A) reaparelhamento do órgão.
- B) aquisição, reforma e readequação de imóveis, instalações físicas, mobiliários, equipamentos e de produtos e serviços de tecnologia da informação.
- C) despesa com contribuição pessoal obrigatória dos Procuradores do Estado.
- D) programas de qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

As questões 37, 38 e 39 devem ser respondidas de acordo com a Lei Complementar Estadual n. 41/2002 e suas alterações que altera a organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, define sua competência e dispõe sobre a carreira dos Procuradores do Estado do Pará.

Questão 37

O Centro de Estudos, órgão de assessoramento e informação, subordinado ao Procurador-Geral do Estado, dirigido por um Coordenador nomeado em comissão dentre integrantes da carreira de Procurador do Estado ou servidores do Órgão, terá a seguinte competência, salvo:

- A) Editar, mensalmente, ermentário de jurisprudência, de matéria de interesse do Estado.
- B) Elaborar a Revista da Procuradoria-Geral do Estado e outras publicações de interesse do Órgão.
- C) Manter divulgação atualizada, aos Procuradores do Estado, sobre matérias doutrinária, legislativa e jurisprudencial.
- D) Promover a criação de uma escola autorizada pelo Ministério da Educação a realizar diretamente cursos de pós-graduação *lato sensu* que visem ao aprimoramento intelectual e profissional dos Procuradores do Estado.

Questão 38

Sobre as Diretorias Administrativas previstas no art. 18, apenas não se pode afirmar:

- A) São órgãos de gerência diretamente subordinado ao Procurador-Geral do Estado.
- B) As Diretorias Administrativas, Coordenadorias e Gerências serão exercidas por servidores nomeados em comissão.
- C) Integram as Diretorias Administrativas as Coordenadorias responsáveis pelos serviços relacionados às áreas de atuação da atividade-meio da Procuradoria-Geral do Estado, conforme definido em regulamento.
- D) Tem como competência administrar as atividades administrativas, financeiras, orçamentárias, contábeis, de recursos humanos, contratos, serviços, patrimônio, planejamento, informática, gestão documental e demais atividades necessárias ao desempenho das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado, na forma especificada em Lei Complementar.

Questão 39

Conforme o estabelecido nos artigos 1º e 2º sobre a Procuradoria-Geral do Estado, apenas não se pode afirmar:

- A) A Procuradoria-Geral do Estado é o órgão de representação

judicial, consultoria e assessoramento jurídico do Estado do Pará.

B) Zelar pela constitucionalidade dos atos da Administração Pública e pela observância dos princípios constitucionais, éticos e morais a ela aplicáveis compete à Procuradoria-Geral do Estado.

C) Compete à Procuradoria-Geral do Estado representar sobre inconstitucionalidade de leis, seja propondo a medida ao Governador do Estado ou em cumprimento de determinação deste.

D) Expedir, por deliberação do Procurador-Geral, orientações jurídicas em questões de relevante interesse público aos órgãos estaduais e entidades da administração indireta, que vinculam a administração Pública Estadual também é competência da Procuradoria-Geral do Estado.

Questão 40

De acordo com o art. 6º da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados) e suas alterações, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios, exceto:

A) finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

B) segurança: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

C) qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

D) transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

Lei estadual do Estado X tornou obrigatória, nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio, a presença de um segundo professor de turma nas salas de aula em que estivessem matriculados alunos com deficiência. Além disso, determinou que o segundo professor de turma deveria ter habilitação em educação especial e seria contratado por meio de processo seletivo público e que a remuneração seria equiparada a do professor integrante das carreiras do magistério estadual, conforme sua titulação. O projeto da referida lei teve origem na Assembleia Legislativa e foi apresentado por Deputado Estadual. Nesse caso, é correto afirmar:

A) Não há vício de inconstitucionalidade, seja formal, seja material.

B) Há apenas vício de inconstitucionalidade material, eis que pelo princípio da igualdade, o segundo professor de turma deve estar presente em todas as salas de aula, independente de estarem ou não matriculados alunos com deficiência.

C) Há inconstitucionalidade formal na medida em que a iniciativa para dispor sobre servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria é privativa do Chefe do Poder Executivo.

D) Há vício de inconstitucionalidade formal e material, pois a competência para legislar sobre direito civil, o que compreende os direitos das pessoas com deficiência, é privativa da União.

Questão 42

A doutrina costuma referir que o poder de reforma da Constituição apresenta limites de ordem formal e material. Os limites formais são processuais, circunstanciais e temporais, e as vedações materiais podem ser explícitas ou implícitas. Nesse contexto, analise os itens seguintes:

I- As limitações materiais implícitas são aquelas impostas por razões de ordem lógica, como, por exemplo, a impossibilidade de alteração da titularidade do poder constituinte.

II- A vedação à emenda constitucional durante a vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio é uma restrição formal temporal.

III- Um exemplo de limite formal processual é a exigência de que a proposta de emenda à constituição seja apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, dentre outros legitimados.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 43

Leia os itens a seguir:

I- O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

PORQUE

II- É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

Marque a alternativa correta, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) Ambos os itens estão corretos e o item II é justificativa do item I.
- B) Ambos os itens estão corretos, mas o item II não é justificativa do item I.
- C) Apenas o item I está correto.
- D) Apenas o item II está correto.

Questão 44

Assinale a alternativa correta em relação à validade dos negócios jurídicos, conforme o Código Civil:

- A) É inexistente o negócio jurídico celebrado por agente absolutamente incapaz.
- B) A conversão substancial do negócio jurídico apenas pode ser efetuada quando o negócio for anulável.
- C) É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.
- D) Tanto os negócios jurídicos nulos quanto os anuláveis podem ser objeto de confirmação, hipótese em que convalida o vício.

Questão 45

Tício, viúvo, mantém, sem justo título, a posse mansa, pacífica, contínua, sem oposição e com *animus domini* de um imóvel urbano de 200 m² de área há exatos 7 (sete) anos, onde mora com seus filhos menores de idade. Considerando que Tício não é proprietário de outro imóvel urbano ou rural, é correto afirmar, conforme o Código Civil vigente:

- A) Tício não poderá usucapir o imóvel, eis que a única modalidade que se enquadra nos requisitos é a usucapião extraordinária e o prazo é de 15 (quinze) anos.
- B) Considerando que Tício estabeleceu no imóvel sua moradia habitual, deverá necessariamente aguardar mais 3 (três) anos para usucapir o imóvel.
- C) Tício usucapiu o imóvel dois anos após o início do exercício da posse, eis que o caso reflete a modalidade de usucapião familiar.
- D) Tício pode ter declarada a aquisição da propriedade do imóvel pela via da usucapião especial urbana (art. 1.240, CC).

Questão 46

Leia os itens seguintes sobre conciliações e mediações nos processos de recuperação judicial:

I- A conciliação e a mediação deverão ser incentivadas em qualquer grau de jurisdição, inclusive no âmbito de recursos em segundo grau de jurisdição e nos Tribunais Superiores.

II- Somente serão admitidas conciliações e mediações incidentais aos processos de recuperação judicial.

III- São vedadas a conciliação e a mediação sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre critérios de votação em assembleia-geral de credores.

Marque a alternativa correta, em conformidade com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas):

- A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- D) Todos os itens estão corretos.

Questão 47

O Estado X foi demandado judicialmente para fornecimento de medicação a pessoa hipossuficiente, tendo sido concedida tutela de urgência para garantir a entrega do fármaco, na quantidade e periodicidade prescritas pelo médico, até a sentença. Após a regular instrução, o feito foi sentenciado e na sentença foi confirmada a tutela de urgência. Considere que o processo tramitou na Justiça Comum, em uma das Varas de Fazenda Pública da Capital do Estado. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) Caso o Estado X interponha apelação, o recurso terá efeito suspensivo, de modo que a obrigação de fornecer o medicamento ficará suspensa até a decisão final da apelação.
- B) A sentença começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação, ainda que o Estado interponha apelação.
- C) O Estado poderia ter se insurgido contra a decisão que concedeu a tutela de urgência por meio de agravo interno.
- D) A sentença que julgou procedentes os pedidos formulados pelo autor é uma sentença terminativa.

Questão 48

Tício moveu ação contra o Estado para requerer vantagem que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu, em acórdão transitado em julgado, prolatado em sede de recurso especial repetitivo, ser indevida. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) O juiz, ao decidir, não precisará observar o precedente do STJ, eis que o Código de Processo Civil adota o princípio do livre consentimento motivado.
- B) O juiz, ao decidir, não precisará observar o precedente do STJ, pois os acórdãos proferidos em julgamento de recurso especial repetitivo, diferente das súmulas vinculantes, não são de observância obrigatória.
- C) O juiz poderá, independente de citação do Estado, julgar liminarmente improcedente o pedido.
- D) O juiz poderá, somente após a citação e oferecimento de contestação pelo Estado, julgar liminarmente improcedente o pedido.

Questão 49

O art. 5º, LIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, ao estabelecer que "ninguém será processado nem sentenciado senão pelo juízo competente" consagra o princípio:

- A) da eficiência.
- B) do juiz natural.
- C) do contraditório e ampla defesa.
- D) da lealdade processual.

Questão 50

Leia os itens seguintes:

- I- Em geral, o abuso de poder ocorre quando o agente ultrapassa os limites da sua competência ou se afasta do interesse público.
- II- Descabe autotutela para invalidar ato praticado com desvio de poder, devendo, nesse caso, a anulação ser feita judicialmente.
- III- Todo abuso de poder caracteriza afronta à legalidade.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 51

Quanto aos critérios de julgamento de propostas em um certame licitatório, marque a alternativa correta:

- A) A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, limitou-se a prever os mesmos critérios de julgamento relacionados na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam o menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta, não trazendo novidades em relação a esse ponto.
- B) O critério do menor preço leva em consideração o valor nominal, vedado à Administração considerar os custos indiretos para a definição do menor dispêndio.
- C) O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
- D) O julgamento por melhor técnica deverá ser realizado mediante atribuição de notas e quesitos de natureza qualitativa, por banca composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública e 2 (dois) profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados no edital.

Questão 52

Leia os itens seguintes sobre o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:

I- O Portal Nacional de Contratações Públicas é uma inovação da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e consiste em um sítio eletrônico destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei em questão, bem como à realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos.

II- O Portal Nacional de Contratações Públicas está inserido no contexto do amplo acesso à informação pela via digital. Nessa toada, a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, estabeleceu a publicação no PNCP como verdadeiro requisito geral de validade do contrato e seus aditamentos, que, como regra, embora

produzam efeitos desde a assinatura, podem ter a eficácia suspensa se não publicados no prazo previsto na Lei.

III- Existem exceções à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas. É dispensada, por exemplo, a publicação dos contratos celebrados em caso de urgência; nesse caso, os efeitos do contrato são produzidos desde a assinatura e é prescindível a publicação posterior no PNCP.

Marque a alternativa correta:

- A) Apenas o item I está correto.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- D) Apenas os itens I e II estão corretos.

Questão 53

Marque a alternativa correta:

- A) Parte da doutrina defende que tanto a afetação quanto a desafetação de bem público é fato administrativo, sendo irrelevante a forma quando puder ser identificada a alteração da finalidade do bem.
- B) A União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios não podem adquirir bens particulares por usucapião.
- C) O uso privativo de bem público somente pode ser outorgado em relação a bens dominiais.
- D) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, porém o ocupante tem direito à retenção e indenização pelas benfeitorias e acessões que houver realizado no bem.

Questão 54

O Estado X ajuizou ação de execução fiscal para recuperação de crédito tributário. No curso da execução e antes de prolatada a sentença, foi constatado pela Administração erro material na certidão de dívida ativa. Neste caso, é correto afirmar:

- A) A certidão de dívida ativa poderá ser substituída no curso da execução, eis que ainda não foi prolatada a sentença.
- B) Caso a CDA seja substituída, é desnecessário devolver ao executado o prazo para oferecimento de embargos à execução.
- C) Independente da natureza do vício, se há erro na certidão de dívida ativa, a execução fiscal é nula e deverá ser extinta sem resolução do mérito, com ônus ao Estado.
- D) Caso o juiz promova a extinção total da execução com resolução de mérito, é cabível recurso de agravo de instrumento.

Questão 55

Tício efetuou parcelamento de débito tributário estadual, tendo, para tanto firmado, no mesmo instrumento, confissão da dívida objeto do parcelamento. Posteriormente, ficou comprovado que a confissão de dívida ocorreu após o prazo decadencial estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN. Considerando que Tício já vem pagando pontualmente as parcelas, marque a alternativa correta conforme o CTN e a jurisprudência consolidada do STJ:

- A) A decadência é causa de extinção do crédito tributário. Assim, uma vez extinto o direito, não pode ser reavivado por qualquer sistemática de lançamento ou auto-lançamento, o que inclui a confissão de dívida.
- B) A confissão de dívida, por si só, caracteriza renúncia expressa à decadência já consumada.
- C) Para que ocorra a renúncia à decadência consumada, o CTN exige, além da confissão de dívida, que ao menos a primeira prestação do parcelamento tenha sido adimplida. Assim, fica afastada a decadência do crédito parcelado por Tício.
- D) Em razão da decadência do crédito tributário, Tício não precisará mais pagar as demais prestações do parcelamento. As prestações já pagas, porém, não poderão ser objeto de repetição de indébito.

Questão 56

Em relação à competência tributária, leia os itens seguintes:

- I- A competência tributária é sempre delegável.
- II- O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- III- Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

Estão corretos, conforme o Código Tributário Nacional – CTN:

- A) Apenas os itens I e II.
- B) Apenas os itens II e III.
- C) Apenas os itens I e III.
- D) Os itens I, II e III.

Questão 57

Em conformidade com a Lei n.º 4.320 e alterações, de 17 de março de 1964, são despesas correntes:

- A) As despesas de custeio e as transferências correntes.
- B) Apenas as despesas de custeio.
- C) Os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.
- D) As transferências correntes e as inversões financeiras.

Questão 58

Leia os itens seguintes a respeito do princípio do equilíbrio orçamentário:

- I- Está expressamente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil.
- II- Pode ser depreendido da Lei de Responsabilidade Fiscal, que utiliza expressões como "equilíbrio das contas públicas" e "equilíbrio entre receitas e despesas" para revelar a preocupação com o equilíbrio orçamentário.
- III- Reforça a noção de equilíbrio orçamentário a previsão, na Lei de Responsabilidade Fiscal, de requisitos para a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.

Questão 59

Em relação às alterações, na Constituição da República Federativa do Brasil, promovidas pela Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019, leia os itens seguintes:

- I- O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- II- Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- III- Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) os itens I, II e III.

Questão 60

Leia os itens seguintes:

- I- A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, tem forte influência dos movimentos que buscavam a valorização do ser humano após as atrocidades vividas durante a Segunda Guerra Mundial, e resgatou os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa.
- II- Para a corrente jusnaturalista, os direitos humanos são direitos naturais colhidos de uma ordem preexistente à ordem jurídica posta, com fundamento em filosofias teológicas ou na natureza do ser humano.
- III- Embora não haja consenso, já se fala em uma quinta dimensão de direitos humanos. Para alguns autores, integram os direitos de quinta dimensão aqueles que decorrem das tecnologias da sociedade da informação, ciberespaço e realidade virtual.

Estão corretos:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens II e III.
- C) apenas os itens I e III.
- D) todos os itens.



Lêa, com atenção, o texto:

Determinado órgão pretende adquirir materiais elétricos para realizar manutenção e pequenos reparos nas dependências do órgão. Após o levantamento detalhado dos materiais necessários, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, foi realizada pesquisa mercadológica e elaborado mapa de preços, cujo valor total atingiu a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, responda justificadamente qual a modalidade de licitação que deve ser adotada, os possíveis critérios de julgamento e as etapas da fase preparatória.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24



PROVA DISCURSIVA

25

26

27

28

29

30



